

XXIII Conferência Internacional de Lisboa

Sessão temática

Prioridades para a Acção Externa de Portugal

Europa

Conclusões do Grupo de Trabalho

Coordenador: Pedro Courela Relatora: Teresa de Sousa

Senhor Ministro,
Álvaro de Vasconcelos,
Colegas relatores das Sessões Temáticas,

A minha sessão temática tinha um tema quase impossível de abranger numa só sessão temática pela simples razão de dizer respeito a tudo – a Europa.

A sessão teve um pequeno desvio inicial: o conjunto das intervenções (17), não levaram muito em consideração a questão de partida, ou seja, a política externa portuguesa e a sua concretização na dimensão fundamental da Política Europeia.

Tentarei apresentar as conclusões da nossa sessão segundo um método que me pareceu o único possível para sintetizar um debate que tocou numa panóplia de questões muito vasta e dispersa.

Resolvi escolher algumas linhas de problematização, nas quais foi possível encontrar alguma continuidade, a saber:

- a questão da divergência portuguesa, que é hoje o problema que nos mobiliza e nos afecta profundamente, e a que eu chamaria “a crise dentro da crise”: há uma crise portuguesa, há uma crise europeia, e as duas estão muito interligadas;
- a questão da crise constitucional e a tentativa de entender a natureza dessa mesma crise;
- a questão da identidade europeia e da obsessão da soberania.

A crise portuguesa dentro da crise europeia

Relativamente ao primeiro tema, a divergência portuguesa ou “a crise dentro da crise”, poderíamos resumi-lo na seguinte questão: porque é que Portugal diverge da riqueza europeia depois de quinze anos em convergência acelerada? Este é o grande problema nacional e o diagnóstico está feito das mais variadas maneiras, tendo já alguma consistência.

Esse diagnóstico apareceu em algumas intervenções que nos pareceram particularmente interessantes e que sublinharam os seguintes aspectos: a utilização deficiente dos fundos comunitários; o efeito de bloqueio de um aparelho de Estado progressivamente capturado pelos grupos de interesses; a prevalência, num país que continua a ser dual, da metade fechada e provinciana sobre a sua metade cosmopolita e europeia, embora aqui as metades, infelizmente, não sejam iguais; a conjugação particular de efeitos internos e de efeitos externos, como sejam o alargamento, a globalização, as novas regras da OMC ou a perda de competitividade interna.

Foi avançado um caminho de saída, consensualmente considerado como estreito e inevitavelmente doloroso, resumindo-se fundamentalmente à alteração do modelo de

desenvolvimento que conseguimos sustentar mal, até agora, com uma particularidade: essa alteração do modelo de desenvolvimento das novas condições europeias vai ter de ser feita num contexto europeu particularmente difícil, porque a crise é portuguesa, mas há também uma profunda crise europeia que envolve muitos dos elementos da crise nacional. Da discussão ficou a ideia de que este esforço, ao contrário do que aconteceu no passado em que Portugal beneficiou de impulsos externos, terá desta feita como recursos factores de natureza interna.

Portugal deverá, portanto, abrir e internacionalizar, abrir dentro, abrir para fora; centrar-se muito claramente nas prioridades e nas oportunidades que a Estratégia de Lisboa contém e concentrarmo-nos na utilização criteriosa e racional dos recursos que nos restam e da ainda significativa (mesmo que derradeira) oportunidade que o próximo quadro comunitário de apoio representa.

O impasse europeu

Quanto ao segundo grande tema da sessão temática, a crise constitucional, não se avançou muito em relação ao que tem sido a discussão depois da rejeição da Constituição nos referendos em França e na Holanda.

A primeira questão é: “crise, qual crise?”, ou seja, qual a natureza da actual crise? Nesta questão, curiosamente, verificámos nas várias intervenções, e no debate que elas suscitaram, divergências de opinião bastante acentuadas. É, de certa forma, o dilema do “ovo e da galinha”, como um dos intervenientes referiu: foi a rejeição da Constituição Europeia em França e na Holanda que abriu a crise, ou terão sido essas rejeições apenas um sintoma de uma crise pré-existente? Há aqui um debate que ainda não está completamente concluído, havendo várias interpretações relativamente a este assunto.

A outra questão, que é em certa medida decorrente da anterior, e que é também um ponto de fixação porventura excessivo do debate europeu, refere-se ao actual estado da Constituição: estará morta, apenas em coma ou congelada? Trata-se de um reflexo formal desta questão da natureza da crise constitucional europeia.

De facto, nesta questão as interpretações são verdadeiramente divergentes, facto revelador do debate nacional e também do debate europeu. A relatora deste grupo inclina-se para a tese que defende que esta crise é muito séria, é uma crise de confiança no projecto europeu, crise esta que um dos intervenientes classificou, e creio que não exagerou, como a maior crise desde a rejeição da Comunidade Europeia de Defesa em 1954.

Todavia, existem outras visões igualmente legítimas e bastante mais optimistas da natureza desta mesma crise. Existe a visão tradicional, muito comum no discurso oficial de Bruxelas, de que esta é mais uma crise de uma entidade política, a UE, que justamente vive e avança de crise em crise. Esta é uma interpretação mais benigna da crise europeia.

A tese ainda mais optimista, mas também mais minoritária, é a de que verdadeiramente esta crise acontece numa altura em que a Europa está mais pujante que nunca. A tese mais realista é aquela que defende a existência de uma crise de confiança dos cidadãos europeus que se expressou de uma maneira particular na França e na Holanda sobre o próprio rumo da Constituição Europeia. Subsiste ainda uma outra tese: é a da ideia que se trata de um fenómeno particular à França e à Holanda, e é por razões de natureza política nacional que essa rejeição da Constituição aconteceu, gerando uma crise europeia.

Mas a tese de que hoje não há verdadeiramente separação entre o que é nacional e o que é europeu é que a rejeição da Constituição nestes dois países centrais da construção europeia é o reflexo dessa desconfiança, dessa hesitação, dessa crise em relação ao próprio rumo da UE.

A reflexão não foi muito rica em termos de soluções futuras, porque esta é uma questão deveras difícil. No entanto, gostaria de salientar algumas interrogações que me parecem de extrema utilidade: é preciso saber, mais do que se esta Constituição está morta, comatosa ou congelada, se ela é ou não necessária. E a resposta foi claramente afirmativa.

Não obstante, foram muitas as razões pelas quais se chegou à conclusão de que é precisa uma Constituição Europeia nos moldes daquela que esteve em cima da mesa: a questão da governabilidade da Europa e da sua accountability; o próprio alargamento (lembrou-se, por exemplo, que sem a Constituição a Alemanha já declarou que o alargamento não poderá continuar); a questão de devolver à política a sua função programática essencial na Europa; também a questão de devolver aos Estados nacionais o poder que já perderam isoladamente e que exige uma estrutura de governabilidade, de funcionamento e de políticas da União que permitam este objectivo fundamental. Por isso, o cenário da «não-Constituição» é um cenário demasiado arriscado, cinzento até, que aponta demasiado no sentido da paralisia ou da dissolução da própria integração.

Identidade europeia e soberania

Outras duas questões que foram de certa forma sub-temas da própria discussão sobre a Constituição, são a identidade europeia e a obsessão da soberania.

No que se refere à primeira, a identidade europeia, uma ideia muito forte que houve nesta sessão temática foi a seguinte: a identidade europeia não pode ser equiparada às identidades históricas clássicas dos Estados Nação que constituem a UE. É uma identidade nova que assenta num conjunto de valores políticos e numa determinada consciência do mundo – não é produto da História; é, pelo contrário, um acto de vontade contra a História a partir de uma necessidade ética e, ao mesmo tempo, prática, de integração entre os países da UE. Por conseguinte, aquilo que se busca e se quer criar não pode ser o prolongamento das identidades nacionais historicamente construídas.

Quanto à segunda questão, a obsessão da soberania, muito presente no debate português actual, foi considerada de forma quase unânime como uma questão desfasada no tempo, porque hoje a soberania é cada vez mais encarada, não só na Europa como no mundo, assente na pessoa e não nos Estados.

Para concluir, e por forma a sublinhar o défice do nosso debate, este diz respeito à relação entre a crise europeia e o mundo. Este foi um tema ausente, mas que a agenda desta conferência colmatou completamente. Todavia, houve a ideia não explorada, mas evidente, de que os problemas europeus e os problemas nacionais são os problemas da relação da Europa com o mundo em profunda mutação.

A Europa não pode apagar o mundo, porque ele está constantemente a entrar pela porta dentro, sob as mais variadas formas, não só nas questões que se prendem com a segurança, como nas questões que se prendem com as novas sociedades multiculturais.

Contudo, há ainda uma constatação que não pode deixar de ser feita: houve uma grande ambição europeia, mas houve sobretudo a ideia clara de que a resolução dos nossos (portugueses) problemas difíceis tem de ser encontrada no quadro da UE. Revelou-se, por isso,

uma grande consciência da importância da Europa para o futuro de Portugal e para o futuro dos portugueses.